

O MOVIMENTO DE EMAÚS E A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR REFERENCIADO EM PAULO FREIRE

Georgina Negrão Kalife Cordeiro¹

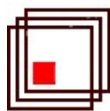
No Brasil, a história da educação se divide em duas épocas; podemos dizer que a primeira representa a sustentação da classe dominante, quando a escola era para poucos, para os filhos da casa grande. Um Brasil que se estabeleceu no saber controlado por poucos, como no dizer de Gentili” na educação brasileira, ao longo dos séculos, não houve busca. Ocorreu adestramento da elite para a reprodução da injusta ordem social” (GENTILI, 2003, p.54)

Durante séculos a população brasileira veio sofrendo com a falta de participação popular, com a ausência de políticas públicas básicas e principalmente pela imposição de um modelo de sociedade marcadamente discriminatória. No entanto, a população sempre resistiu e buscou formas de superação em forma de organizações e movimentos sociais.

Datando do século passado, a força da organização popular, motivada pela grande opressão, faz surgir entre os povos habitantes das regiões marginalizadas e excluídas das políticas públicas, principalmente a educação, vários movimentos pela libertação que irão reforçar a partir do golpe de 1964, a busca pela participação na ordem social e política do país, dando musculatura para o que vamos chamar de educação popular, conforme cita Cordeiro (2009) referindo-se aos movimentos dos camponeses,

Esse movimento camponês, aliado ao movimento dos oposicionistas e intelectuais, culminou no aparecimento de movimentos populares de luta pela Reforma Agrária, por justiça, contra a violência e pela educação, tais como o Centro Popular de Cultura (CPC), o Movimento de Cultura Popular, criado em 1960, em Recife, do qual Paulo Freire participou, e mais tarde o Movimento de Educação de Base (MEB) que se apoiavam ideologicamente nas Ligas Camponesas e nos partidos de esquerda. (CORDEIRO, 2009, p.42)

¹ Doutora em educação. Professora Associada da Faculdade de Educação, Campus Belém da Universidade Federal do Pará-UFPA. Belém-PA. Email: cordeiro@ufpa.br.

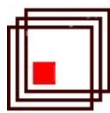


Como participante da Igreja Católica, em 1969, habitante da região amazônica, inserida em um movimento de jovens liderado por um padre salesiano, iniciamos processos de reflexão sobre a realidade do país e da cidade de Belém, tendo como pano de fundo as cartilhas das Comunidades Eclesiais de Base, da CNBB, que traziam acúmulo de experiências com grupos chamados de pastoral, entre eles a pastoral da juventude, e realizávamos ações com base no método ver-julgar e agir. Essas reflexões eram profundamente inspiradas na teologia da libertação que considerava a Ciência como aliada nas ações do trabalho pastoral. Assim, com essa motivação dada pela religião e, embasados em Paulo Freire, que falava a mesma linguagem da Teologia da Libertação², nele fundamentamos a ação nos processos de alfabetização através das comunidades eclesiais de base.

Mas, para o grupo de jovens do movimento, era necessário ampliar a ação, iniciar uma intervenção mais significativa inspirados também na filosofia de D. Bosco, fundador dos salesianos, que na periferia de Turim, na Itália, havia desenvolvido todo um trabalho com crianças em situação de vulnerabilidade.

Com isso, o grupo parte para as ruas de Belém, inicialmente à noite, e levando café e biscoito para a população de rua, adultos, constata que haviam crianças dormindo, habitando na rua. E refletindo sobre o sistema preventivo, se parte para um processo de escuta com abordagem às crianças que trabalhavam na área central da cidade e na principal feira, o Ver-o-Peso. Após refletir sobre o encontrado, o grupo decide instalar um ponto de atração para aquelas crianças, que já viviam vítimas da exclusão da sociedade, trabalhando para contribuir no sustento das famílias, mas se expondo à toda situação de risco que a rua proporciona, criando em 1970, o Restaurante do Pequeno Vendedor, e ali no coração da feira se inicia todo um processo de conquista,

² A Teologia da Libertação, corrente progressista da Igreja Católica, desde seu início no final de década de 60, a partir da América Latina, adotou uma perspectiva global, focada na condição dos pobres e oprimidos no mundo inteiro, vítimas de um sistema que vive da exploração do trabalho e da depredação da natureza.



aproximação, organização e empoderamento das crianças e adolescentes trabalhadores de rua na cidade de Belém.

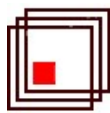
A atuação dos jovens como educadores se fortalecia na prática desenvolvida com meninos e meninas de rua, segmento excluído, marginalizado, nos dava oportunidade de, além das reflexões, a participação concreta nos movimentos sociais, na luta pelos direitos humanos e, em especial, pelo direito à educação.

Outra necessidade encontrada entre as crianças e adolescentes foi a frequência à escola, mas que escola? Inspirados em Paulo Freire, começamos a pensar uma escola voltada para a realidade daqueles meninos, que levasse em conta a vida dura de infância trabalhadora, que acordavam pela madrugada para vender jornal, que andavam pela cidade, noite adentro em busca de fregueses para engraxar o sapato, enfim, uma escola que fosse atraente para crianças e adolescentes que não viam futuro imediato indo à escola.

A ideia de uma escola voltada para a realidade, que fosse discutida com os pais, com os alunos, sobre que tipo de conhecimento eles queriam aprender, com atividades que incluíssem coisas concretas de seu dia a dia e que desse a eles a oportunidade de se manifestarem, de terem voz, de terem vez, enfim de serem sujeitos de sua própria história, conforme nos inspirava Freire.

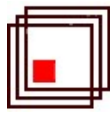
Na objetivação transparece, pois, a responsabilidade histórica do sujeito: ao reproduzi-la criticamente, o homem se reconhece como sujeito que elabora o mundo; nele, no mundo, efetua-se a necessária mediação do autor e conhecimento que o personaliza e o conscientiza como autor responsável de sua própria história. (FREIRE, 1979. p.11)

Essa necessidade de escolarização referenciada nessa ideia de trabalhar na perspectiva da conscientização enquanto sujeito, nos fez, na década de 1980, criar a Escola Cidade de Emaús, em uma área de ocupação na periferia de Belém, iniciando com 13 turmas de 1º. ano, 2 turmas de 2º. ano e 1 turma apenas de 3º.ano.Após dois anos de funcionamento se implantou também



uma turma de magistério, para atender à demanda do bairro por uma escola de ensino médio e também formar professores para vivenciar na escola a experiência de construção de um processo participativo e democrático, no qual se organizava a escola, debatendo e decidindo as questões de forma a envolver os professores, os pais e a comunidade, culminando com a criação do primeiro Conselho Escolar do município de Belém. A referência freiriana no projeto da escola facilitava a própria construção do texto pelas crianças, não se adotava livro didático e sim com as palavras geradoras encharcadas de realidade das crianças, montava-se as cartilhas usadas no processo de alfabetização. Essa experiência na construção da escola, mais uma vez nos fez partir para a realidade, ir de casa em casa, conversar com as famílias, ver as crianças, perguntar o que elas pensavam da escola, perguntar para os pais que escola eles queriam para seus filhos. Com essa incursão nas casas descobrimos outras necessidades das famílias, a ausência de emprego, de moradia e a forte vocação agrícola, por terem vindo das cidades do interior, não tinham uma profissão, nem qualificação para o trabalho na cidade. O grupo de jovens já bastante ampliado por outros profissionais liberais já comprometidos com a criação da escola decidem realizar uma experiência de organização coletiva com base no trabalho produtivo: cria-se a Cidade de Emaús em 1982 e após selecionar sete famílias³ e com elas discutir o projeto, se parte para a construção das casas de moradia, e do projeto de instalação de hortas, onde o mais importante era o processo pedagógico, de constituição do grupo, das normas de convivência, de administração do tempo e dos recursos, pois cada família, receberia uma bolsa para manutenção enquanto a horta não produzia, e eles próprios administravam o trabalho diário com acompanhamento da equipe interdisciplinar que orientava o projeto. Inicialmente se construiu 8 casas sendo sete para as famílias e uma para a equipe que acompanharia composta por cinco voluntários, entre eles uma freira. A experiência duraria 2 anos para cada família, que deveria ter no final

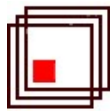
³ O critério era não ter casa e emprego, ter pelo menos 3 filhos e disposição para o trabalho agrícola.



condições de sobrevivência independente do projeto, dando espaço para inserção de outras famílias. O projeto foi bem sucedido até a produção final da horta com instalação de barracas nas principais feiras da cidade para vender os produtos.

Porém, como dito antes, a instalação da escola na Cidade de Emaús, produzia seus frutos, e como parte das experiências inovadoras que a realidade dos alunos exigia, foram implantados na área, de vocação agrícola, viveiros para criação de frangos, patos e suínos. Essas atividades eram parte do projeto político pedagógico da escola, o que fazia com que a criança frequentasse nos dois turnos a escola, e principalmente nas aulas de matemática e ciências os problemas eram resolvidos na prática, medindo os viveiros, pesando a ração, plantando as mudas, experimentando as técnicas de manejo de animais, enfim, tornando concreta a afirmativa de Freire que apontava a necessidade da prática educativa coerente, "(...) afirmo a prática educativa que, coerente com o ser que estamos sendo, desafia a nossa curiosidade crítica e estimula o nosso papel de sujeito do conhecimento e da reinvenção do mundo" (FREIRE. 2000. p.124).

Na verdade, com a experiência da organização das salas de aula, que foram instaladas como centro de interesse, inspirados na pedagogia montessoriana, cada sala continha os conteúdos específicos como pequenos laboratórios, o que provocava com que os alunos circulassem pela escola, as salas foram construídas em forma de malocas, então não haviam turmas por sala e sim alunos nas salas conforme o interesse do assunto com os professores, se estimulava a curiosidade e a criatividade, além do espírito de pertença à classe de trabalhadores. Os frutos desse trabalho se fizeram sentir nas lideranças do bairro, e nas escolas das séries seguintes quando os alunos saíam da Cidade de Emaús para dar prosseguimento aos estudos. Alunos que não se submetiam facilmente à organização tradicional das escolas, provocando com isso que, a atuação da equipe da escola Cidade de Emaús passasse a incluir nas reuniões formativas de seu quadro, os professores das outras escolas para que pudessem aderir e entender a proposta de um



trabalho pedagógico com referencial freiriano. Por 25 anos, a ação pedagógica do Movimento de Emaús através da Escola se fez presente nas intervenções do bairro do Bengui, grandes lideranças se constituíram e atuam até hoje no bairro e na cidade.

Atualmente, por absoluta falta de recursos e por falta de convênio com o poder público, a escola pertence ao estado, e a gestão pedagógica com referencial freiriano é hoje implementada pelo Movimento República de Emaús, com as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, em atividades educativas com as crianças e adolescentes do bairro do Benguí e entorno, que com recursos próprios, procura dar continuidade ao processo de educação numa perspectiva libertadora, proporcionando às crianças, aos adolescentes e jovens e suas famílias, a oportunidade de vivenciarem momentos de formação social, política e profissional, tendo como missão: Lutar pela defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e de exclusão social na região amazônica.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, G. N. K. **A relação teoria prática do Curso de formação de professores do campo na UFPA**. Tese de doutorado. Natal, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação, cartas pedagógicas e outros escritos**. UNESP. São Paulo. 2000.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GENTILI, P.; ALENCAR, C. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Com um epílogo do sub comandante Marcos sobre as crianças zapatistas. Editora Vozes. Petrópolis, 2003.